

**MORANDO, Luiz. *Paraíso das maravilhas:*
uma história do crime do parque.
Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.**

Luciano de Melo Sousa

*Professor da Universidade Estadual do Piauí.
Doutorando em Ciências Sociais na Universidade
Federal do Rio Grande do Norte.
companhiapedra@bol.com.br*

Logo nas primeiras páginas de *Paraíso das maravilhas: uma história do crime do parque*, o autor nos apresenta seu objetivo de “por meio da apresentação de um acontecimento ocorrido em 1946 e de seus desdobramentos, pontuar diversos elementos que confluem para uma possível compreensão de formas de sociabilidade e de representação social homoerótica em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50 do século XX” (MORANDO, 2008, p. 15). Esse acontecimento é o “crime do parque”, assim reconhecido pela imprensa e sociedade mineira da época. O assassinato de um homossexual na madrugada de certo dia de dezembro de 1946, no Parque Municipal Américo René Giannetti, identificado pela população homossexual que o frequentava como “Paraíso das Maravilhas”.

O livro segue uma determinada ordem cronológica: parte da narrativa do assassinato de Luiz Gonçalves Delgado, em dezembro de 1946, chegando até o também homicídio de seu suposto assassino, Décio Frota Escobar, em abril de 1969. Dentro desse corte temporal, estrutura-se a obra. Ambos os personagens, homossexuais, tangenciam entre os extremos de uma ordeira vida heterossexual e uma vida homossexual submersa. Esta, repleta de preconceitos, intolerâncias e violências, mas, ao mesmo tempo, insubmissa, desestabilizadora e criativa.

Nessa história do “crime do parque”, encontramos mais do que a narrativa acerca de um crime: há discursos capazes de reavivar memórias silenciadas sobre as mediações sociais conflituosas entre gays, criminosos, polícia e sociedade mineira, além de “formas de sociabilidade e de representação homoerótica” materializadas em Belo Horizonte entre os anos 1940 e 1950. O crime sem solução reproduz muito bem o silêncio violento que

recai sobre homossexuais do Brasil inteiro, ontem e hoje, ao tempo que serve aos discursos e práticas heteronormativas de controle e terror sobre os gays.

A obra foi elaborada a partir de três eixos de dados: o processo criminal a respeito do “crime do parque”, outros processos acerca de mais dois assassinatos (do decorador Gerardwin Brandão, 21/10/1968, em Belo Horizonte, e do principal suspeito da autoria do “crime do parque”, Décio Frota Escobar, 19/04/1969, na cidade do Rio de Janeiro) e roubo a homossexuais, jornais e entrevistas com familiares da vítima ou com profissionais de imprensa que participaram da cobertura dos diversos fatos desses vinte e três anos. Com base nos processos acerca desses crimes, são extraídos elementos que explicam as representações sociais sobre a homossexualidade da época e como se dava esse rico campo de sociabilidade gay.

Esses elementos são avaliados ao longo de oito capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, há uma descrição do espaço social onde ocorreu o crime: o Parque Municipal de Belo Horizonte. O autor discorre sobre sua fundação ainda na última década do século XIX, avalia que até o final da década de 1920 o parque servia ao lazer da elite belo-horizontina e que, a partir do final dessa década, passou a atender a dois interesses: um diurno, servindo ao passeio e locomoção de todos, e um noturno, que servia a “encontros amorosos diversos” (MORANDO, 2008, p. 27).

Inúmeros ficcionistas da literatura mineira registram essa função clandestina do parque no período noturno, dentre eles Pedro Nava, Cyro dos Anjos, João Alphonsus, José Clemente, Fernando Sabino e Roberto Drummond. Já antes de 1946, ano do “crime do parque”, o espaço era ocupado e reinventado por homossexuais:

não tendo sido possível localizar documentação histórica relativa à presença de grupos sexuais minoritários ocupando o Parque Municipal e construindo ali um código de relação social, tomei, por enquanto, essas obras para me referir tangencialmente a uma possível história de ocupação do Parque por homossexuais, anterior a 1946 (MORANDO, 2008, p. 32).

No segundo capítulo, avalia-se o primeiro ano de investigação do assassinato de Luiz Delgado. Descobre-se que ele era homossexual e que o parque atendia a encontros erótico-afetivos durante a noite. A partir do parque, irradia-se uma teia de relações homoeróticas clandestinas: a análise do processo do “crime do parque” e outros referentes a assaltos a homossexuais ocorridos no mesmo período servem de base para sua compreensão. Entre os

homossexuais, aquele parque adquiriu outras denominações: “Pátio dos Milagres” (espaço que na obra de Victor Hugo, *O corcunda de Notre Dame*, abrigava a população empobrecida junto com malfeitores e meliantes na antiga capital francesa), “Recanto das Maravilhas” e “Paraíso das Maravilhas”.

Vão se delineando algumas construções simbólicas nas aproximações dos frequentadores do então chamado Pátio dos Milagres: a divisão de posições durante a relação sexual expressa pelo exercício ou submissão à atividade – ativo/passivo; a reversibilidade de posições em alguns casos; a possibilidade de emitir a declaração amorosa em acordo com a posição ocupada durante o intercurso sexual; a hierarquia estabelecida entre ativos e passivos; o estigma imposto àquele que sofria a submissão nos encontros (MORANDO, 2008, p. 58).

Protegidos pela escuridão, entre 20 e 23 horas, dão-se os encontros. A área preferencial no parque era o “bosque de eucaliptos”, por ser menos iluminado e com menor circulação noturna. Nele, trafegavam aqueles homens impedidos do livre exercício da sua sexualidade: os espaços públicos, obedecendo a uma lógica inversa, transformavam-se em “zona de interação homoerótica” (MORANDO, 2008, p. 61). Dado a esse fato e à violência empregada no assassinato, ao final do primeiro ano de investigação, acreditava-se que o crime fora passional com motivação homoerótica.

O terceiro capítulo discorre sobre a interação do “Paraíso das Maravilhas” com a violência de assaltantes e agressores. Descobre-se que a vítima do “crime do parque” mantinha relações com Paulo Gomes de Matos, um contraventor que praticava desde assaltos a extorsões. Entre os assaltantes, encontravam-se também soldados da Força Aérea. Tratados pelos assaltantes como “pervertidos sexuais”, “veados”, eram vítimas indefesas frente aos riscos de exposição pública de sua homossexualidade. Ao tempo que possuía suas maravilhas, o parque encobria também em suas moitas violência e crueldade.

Os processos não reuniram provas substanciais para as acusações de violência e roubo contra homossexuais: os próprios acusados mudavam seus depoimentos alegando tortura policial e defesa da honra contra indivíduos “anormais” que os molestavam com convites sexuais. Conclui-se que as investigações policiais concorreram para legitimar uma punição social, não contra os acusados, mas contra as vítimas (os homossexuais). Como já é comum na nossa cultura machista e heteronormativa, a vítima converte-se em réu: “errados” são os homossexuais que frequentam as praças das cidades para satisfazerem seus desejos “pervertidos”. Nessa lógica, os assaltantes acabam

cumprindo um bem para a sociedade pelo uso de violência, ao obrigar aqueles “veados” a se afastarem dos espaços públicos de convivência social “saudável”.

O capítulo seguinte avalia os passos dados pela investigação policial entre os anos de 1946 e 1951: depoimentos, boatos de um crime passionai provocado por um marido traído (Luiz Delgado seria o amante) e tantos outros que visavam difamar a conduta social da vítima, especulações ante a possibilidade de o crime ter ocorrido fora do parque, participação intensa da imprensa com novas pistas sobre o crime, “burburinho sobre o assassinato de Delgado animava diversos pontos comerciais e os populares que aí frequentavam, elevando o grau da malícia e maledicência sobre os supostos envolvidos no crime” (MORANDO, 2008, p. 105).

A segunda parte do capítulo avalia a probabilidade de o crime ter sido cometido pelo irmão da ex-noiva da vítima. O rapaz, sobre o qual também recaiam dúvidas a respeito de sua possível homossexualidade, teria assassinado Delgado para salvar a honra de sua irmã e família. Na última parte do capítulo, a polícia recupera a hipótese de a morte ser provocada por assaltantes do parque. Porém, sem provas substanciais, o processo cairia no esquecimento pela imprensa e pela polícia entre os anos de 1951 e 1953.

O quinto capítulo anuncia a inclusão do principal suspeito do crime de Luiz Delgado, o poeta e artista plástico Décio Frota Escobar. Este seria denunciado por sua esposa que afirma ter ouvido uma confissão dele. Entre março e maio de 1953, conclui-se a fase policial ou de investigações. Ouvem-se testemunhas, avaliam-se as relações entre Escobar e Delgado e levanta-se a hipótese do crime: uma ação passionai motivada por ciúme de um amante de Delgado. A narrativa ganha tonalidades romanescas: tanto o perfil da esposa desejosa de separar-se do possível assassino quanto a biografia de Escobar são investigados pelo autor do livro. As relações de Escobar com Delgado são levantadas; a vida “transgressora” do artista e burocrata também é apurada.

Em maio de 1953, inicia-se a fase processual, na qual são ouvidos investigadores, delegados (foram muitos os delegados do “crime do parque”) e testemunhas. Essa primeira etapa conclui com o aceite do juiz criminal no dia 26 de setembro da acusação apresentada pela promotoria. O processo é enviado para o Tribunal de Justiça para ser avaliada a procedência da constituição do Tribunal do Júri. Sua constituição se firmou no dia 17 de novembro do mesmo ano.

O sexto capítulo, intitulado “Um julgamento de sensação”, reconta todos os passos do “crime do parque” a partir dos depoimentos e fatos

apontados durante o julgamento de Décio Escobar. O capítulo se detém sobre os “fatos e ocorrências pitorescas que antecederam e sucederam o julgamento” (MORANDO, 2008, p. 207). Em 25 de abril de 1954, Escobar era absolvido da acusação e, em 21 de setembro de 1954, era julgada improcedente a apelação da promotoria. O principal suspeito do “crime do parque” estava livre.

O capítulo seguinte apresenta três temáticas: “a novela em que se transformaria a tentativa de anulação de casamento de Décio e Yedda” (MORANDO, 2008, p. 247), o que veio realmente a se consumir; o segundo casamento de Décio Escobar e a reabertura das investigações sobre o crime do parque em janeiro de 1960. Essa retomada das investigações fora motivada pelo depoimento do irmão do já citado Paulo Gomes, um “bofe” de Luiz Delgado. Conforme o irmão de Gomes, este teria assassinado Delgado. Com a reabertura do processo, outras possibilidades são aventadas, inclusive a de que Delgado era amante da companheira do proprietário de um cabaré. Em 1963, encerram-se novamente as investigações sem uma solução do “crime do parque”.

O capítulo oitavo tem como foco o assassinato de Décio Escobar. Antes, pela semelhança, o autor faz referência ao também assassinato do decorador Gerardwin Brandão. Morto em seu apartamento, em outubro de 1968, em Belo Horizonte, por um grupo de jovens que na linguagem da época eram identificados como “bofes”. Décio Escobar, o principal suspeito do “crime do parque”, também seria assassinado em seu apartamento no Rio de Janeiro, em abril de 1969, por um grupo de “bofes”. Depois de dois casamentos, um filho e a alegação veemente durante o julgamento do “crime do parque” de não ser homossexual, seria assassinado no seu apartamento por um grupo de jovens (dois menores). Nas paredes do local do crime, entre tantas inscrições, destacava-se a seguinte afirmação: “Este era viado e chupador” (MORANDO, 2008, p. 280).

Na conclusão, o autor retoma os principais fatos relacionados ao “crime do parque”, que assim são avaliados: “Este livro nada mais tenta do que dar uma visão mais integral, mediada por diversos discursos, daqueles acontecimentos. Uma mediação que coloca em cena valores, imaginários, representações sociais, um ethos” (MORANDO, 2008, p. 294). Este é o grande mérito de seu trabalho: rever esses fatos e discursos embotados por nossa memória social preconceituosa. Ele traz à luz a história de um crime que, no fundo, é a narrativa de muitos Delgado e Escobar sufocados por uma cultura opressora e intolerante com as diferenças.